

# *À busca do reequilíbrio das contas financeiras do Estado do Rio de Janeiro - ERJ*

**Professor Istvan Kasznar - PhD**

*Professor Titular de Economia e Administração Pública e de Empresas*

*Assessor Geral da Presidência - **FGV***

- Todos os pensamentos e argumentos contidos nesta apresentação são de responsabilidade direta e exclusiva de seu autor, não necessariamente representando a posição de organização a que esteja vinculado.

## **Apresentação ao Forum da Revista EXAME**

6 de Novembro de 2017

- Apresentação sintética, resumida;
- Objetivos e metas de teor Financeiro
- Metodologia da apresentação:
  - Contexto e referências das Finanças Públicas, em resumo;
  - Estatísticas fundamentais, médias de evolução de Receitas, Despesas, PIB e afins entre 2006 e 2016, em resumo;
  - Os fatores críticos de sucesso para que realmente suceda um reequilíbrio estável;
  - O que parece que pode e deve ser feito, resta a saber se os interesses de grupo arraigados e a cultura local estão deveras propensos a aceitar e implantar mudanças;
- Sugestões para o reequilíbrio das Finanças:
  - Gestão e Administração de fato, com boas práticas;
  - O cerne da prática das Finanças Públicas sob ótica Diretiva
- Referências Legais e autorais (vide no documento integral, ref. Pg 31)

## Objetivos e metas de teor Financeiro: Reequilibrar as Finanças Públicas do ERJ requer medidas, a saber,

- Avaliar a situação encontrada: RCL caem; DespCL sobem; Déficit Primário e Nominal dispararam; Dívida Líquida disparou e cobre precariamente as contas
- Isto implica na Necessidade de reestruturar as Finanças:
  - Estruturalmente, das componentes principais e fixas, de longo prazo;
  - Conjunturalmente, em face do momento de profunda depressão econômica estadual e recessão macroeconômica sem par, brasileira;
  - De forma a que não se repita o quadro deteriorado no médio e no longo prazos;
  - Evitando-se o endividamento crônico;
  - Criando-se dependência financeira e política da União;
- Recuperar a RCL (arrecadação e renúncia fiscal); controlar e otimizar as despesas correntes; aumentar a capacidade de investimento e pagar dívidas, reduzindo-as convenientemente, faz parte da equação de reequilíbrio;

- Eliminar e controlar as raízes e os fundamentos combinados dos problemas encontrados:
  - Projeções equivocadas;
  - Assunção de cenários irrealistas, pouco debatidos, fechados em copas;
  - Acomodar-se na presunção de que Obrigações de Crédito (formação de dívida) e Transferências da União são inesgotáveis. Pelo contrário, tudo tem um limite;
  - Ojeriza da classe política em, após ter contratado pessoal em massa, como se o Estado produzisse riqueza (o que não faz) e ter aumentado proventos dos servidores, passar a demitir pessoal. Assunto delicado, complexo e desgastante;
  - Porque não tem emprego e o empresariado perdeu em eficiência face a outros estados, emprega-se em E&M, a folha cresce, cobra-se mais impostos, logo destrói ainda mais a competitividade do setor privado e vai repetindo a destruição do ciclo virtuoso;
  - Governos eleitos vencedores assumem e se isolam, se retraem de contato maior com a sociedade, no que surgem graves suspeitas de azar moral, comunicação limitada porque há o que esconder e especulações sobre a competência para governar.
- Direcionar-se para a coordenação econômico-financeira integral do ERJ;

- Incentivar a produção de um **Plano Estratégico de Desenvolvimento Auto-sustentável e de Longo Prazo, do ERJ** que seja aplicável, realista e submetido a rigoroso acompanhamento técnico. Democratizar o acesso e acompanhamento de resultados desse PE, com **um cockpit de controle efetivo** nos melhores centros de inteligência do ERJ;
- Adotar as medidas pertinentes sobre os que agem com **Gestão Temerária** – Código Civil, artigo 50 da Lei 10.406. Identificar às claras aqueles que não de responder solidária e ilimitadamente pelos atos de gestão irregular, temerária e “equivocada”, com apuração concreta de responsabilidades;
- **Mentalidade variada.** Acabar com a era do: “tudo bem”; “deixa para lá”; “não é comigo”; “você não é um dos nossos”; “não abra o mercado, não incentive a concorrência, deixa estar, senão você vai melar o meu negócio” e tantas outras expressões que mostram a que nível chegou a “cultura local”;
- **Agilizar** por conta de produtividade, eficiência, eficácia, velocidade de resposta, ética e produtividade, os procedimentos de promoção de servidores, para **valorizar uma política meritocrática e de adaptabilidade à competição globalizada;**
- **Aproveitar o trabalho e serviço voluntário,** bem definido e estatuído, de antigos servidores do ERJ, inativos, aposentados, que possuem saber, conhecimento, motivação e costumam menos em fase de diáspora econômica.

# Estatísticas fundamentais, médias de evolução de Receitas, Despesas, PIB e afins entre 2012 e 2016, em resumo

## Evolução (ou seria involução?) das contas do ERJ

A inflexão é em 2012: marco.

Rubrica e ano	2012	2013	2014	2015	2016
Resultado primário (Ac).	-909	-4.704	-7.339	-3.958	6.324
PIB ERJ	745.414	772.139	792.317	710.316	651.597
Resultado Primário - Meta	-1.520	-5.162	-6.295	-3.011	-17.852
Resultado Nominal - Meta	7.954	7.319	8.978	9.107	1.206
RCL Ajustada pelo IGP-DI	52.661	57.846	54.364	54.676	46.229
RCL	40.613	47.064	46.046	51.224	46.229
DCL - Dívida Consolidada Líquida Aj	86.996	88.962	96.879	107.993	107.278
DCL - Dívida Consolidada Líquida Nom	67.096	72.384	82.055	101.174	107.277
Receita pela LOA	64.032	72.739	82.999	90.311	79.900
Receita Realizada	60.575	67.954	71.343	58.169	47.526
Receita ajustada a preços de 2016	78.343	83.521	84.232	62.089	47.526
Operações de crédito - Empréstimos	4.755	5.030	7.605	4.994	1.227
Despesas da Dívida	4.858	5.763	6.681	7.284	4.715
Arrecadação Tributária	45.566	43.861	44.161	31.032	30.548
Renúncia Fiscal Efetiva (est. 2016)	5.904	6.379	7.422	9.319	11.278
Despesas pela LOA	64.032	72.739	82.899	90.312	99.832
Despesas Liquidadas de fato	60.474	67.779	70.855	61.906	56.460

Fontes: PEEM - FGV; RACG; TCE/RJ; FGV; Governo ERJ; SEFAZ/RJ; LOA ERJ; LRF aplicada a ERJ; Demo. Fiscais ERJ; Casaes, F. Tese F

## Taxas de variação das rubricas contábeis do ERJ entre 2013 e 2016

Rubrica e ano	2013	2014	2015	2016
Resultado primário (Ac).	417,49	56,02	-46,07	-259,78
PIB ERJ	3,59	2,61	-10,35	-8,27
Resultado Primário - Meta	239,61	21,95	-52,17	492,89
Resultado Nominal - Meta	-7,98	22,67	1,44	-86,76
RCL Ajustada pelo IGP-DI	9,85	-6,02	0,57	-15,45
RCL	15,88	-2,16	11,25	-9,75
DCL - Dívida Consolidada Líquida Aj	2,26	8,90	11,47	-0,66
DCL - Dívida Consolidada Líquida Nom	7,88	13,36	23,30	6,03
Receita pela LOA	13,60	14,11	8,81	-11,53
Receita Realizada	12,18	4,99	-18,47	-18,30
Receita ajustada a preços de 2016	6,61	0,85	-26,29	-23,46
Operações de crédito - Empréstimos	5,78	51,19	-34,33	-75,43
Despesas da Dívida	18,63	15,93	9,03	-35,27
Arrecadação Tributária	-3,74	0,68	-29,73	-1,56
Renúncia Fiscal Efetiva	8,05	16,35	25,56	21,02
Despesas pela LOA	13,60	13,97	8,94	10,54
Despesas Liquidadas de fato	12,08	4,54	-12,63	-8,80

Fontes: PEEM - FGV; RACG; TCE/RJ; FGV; Governo ERJ; SEFAZ/RJ; LOA ERJ; LRF aplicada a ERJ; Demo. Fiscais ER



### Indicadores selecionados em síntese do ERJ entre 2012 e 2016

Rubrica e ano	2012	2013	2014	2015	2016
DivCorLiq Aj / RCL Aj	165,20	153,79	178,20	197,51	232,06
Despesas / Receitas pela LOA	100,00	100,00	99,88	100,00	124,95
Despesas Liquidadas de fato / Rec. Realizada	99,83	99,74	99,32	106,42	118,80
Despesas da Dívida / Arrecadação Tributária	10,66	13,14	15,13	23,47	15,43
Div Cons Liq Nominal / PIB ERJ	9,00	9,37	10,36	14,24	16,46
Renúncia Fiscal Efetiva / Arrecadação Tributária	12,96	14,54	16,81	30,03	36,92

Fontes: PEEM - FGV e Professor Istvan Kasznar

# Estatísticas fundamentais, médias de evolução de Receitas, Despesas, PIB e afins entre 2006 e 2016, em resumo

- **Indicadores Fiscais**
- Resultados nominais indicam contínuo crescimento da dívida líquida do ERJ entre 2006 e 2016, salvo em 2009;
- Os resultados encerram com déficit, fora das metas definidas em LDO, os anos de 2008, 2010, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 ...
- Receitas estimam-se em LOA. Visam suficiência fiscal, sobretudo com base em arrecadação.
- Em valores reais, deflacionados pelo IGP-DI da FGV, a RCL oscila entre R\$ 49,4 (2006) e R\$ 57,8 bilhões, estagnando entre 2013 e 2015; 55% provem de tributos, cujo crescimento anual médio foi de -0,86%; a variação anual média real da RCL foi de -0,37%;
- De 2012 em diante parte das despesas correntes estaduais fica a descoberto;
- Os déficits são crescentes de 2012 em diante, com flagrante descumprimento da meta. Para financiar-se, o ERJ contrata mais Operações de Crédito (no país que possui uma das 5 mais altas taxas de juros reais do mundo);
- De 2012 em diante, o quadro sugere más práticas de gestão; administração temerária e insistência no direcionamento escancarado de déficits financiados por créditos que não possuem hedge em arrecadação presente, nem futura;
- O TCE/RJ alertou sobre o uso de Receitas de Capital em Despesas Correntes e por créditos de longo prazo precisarem ser saldados em governos futuros; assim como para a redução das metas fiscais (2015);
- Enquanto entre 2006 e 2016 a RCL cresce a preços constantes 16,9% a DespesaCL cresce
- O PIB estadual cresceu na média 1,56%, entre 2006 e 2016. Enquanto isso, insista-se, a variação anual média real da RCL foi de -0,37%;

- A RCL modifica-se por conta de alterações contábeis e artifícios, no período, enaltecendo-se os seguintes: retirada das receitas da CEDAE, declarada independente (DOERJ 1/4/09); diminuição das receitas e royalties do petróleo (Ex.: em 2009 foi – 20%); inclusão de depósitos judiciais em 2013 e 2015 como RC; e outras.
- O ICMS diminui em 5,2% e 11,7% nos anos 2015 e 2016, com PIB em depressão inequívoca de - 10,4% e - 8,3%.
- Conforme dados do CEPERJ, teve-se variação anual do PIB do ERJ de 5,1% em 2008; 5,4% em 2009; 3,7% em 2010; 7,96% em 2011 (recorde); 4,55% em 2012; 3,65 em 2013 e 2,6% em 2014. Logo, de 2012 em diante, o PIB cai fortemente. O ano 2012 é um divisor de águas;
- A Dívida Consolidada Líquida – DCL salta de R\$ 45 para R\$ 107 bilhões, de 2006 para 2016;
  - Variação nominal da DCL em 10 anos: 138%. Variação real da DCL: 25,7%.
- Ou seja, contrapondo, fica patente o distúrbio e a tendência inexorável à quebra financeira do ERJ no período: TxV real da RCL = - 0,37% aa  $\neq$  + 2,46% TxV real da DCL;
- A Dívida cresce porque: catapultam-se a previsão de RCL no Orçamento anual; subestima-se o IGP-DI no planejamento orçamentário a partir de 2010; superestima-se o preço do petróleo e do gás, assim como as receitas de royalties, após o período de bonança dos anos 2006 a 2011; contrata-se pessoal a rôdo; reajustam-se salários e pensões por conta do “pico do preço do petróleo”; entre 2010 e 2014 a aumenta 30,3 bilhões.

- O planejamento orçamentário “equivocado” crescentemente de 2012 em diante gera um diferencial entre receitas previstas em LOA e as Receitas Efetivas. Culminase em 2015 com gigantesco furo de caixa. Superestimam-se receitas, para acomodar despesas. Isso remete ao contingenciamento de despesas e o poder executivo é sacrificado, uma vez que os duodécimos do legislativo e do judiciário se calculam sobre receitas previstas. Deveria ser receitas efetivas pelo conceito de caixa que realmente entrou, é disponível.
- Conforme a LOA, em 2006 a RRealizada / RLOA = GRR foi de 97,42%. Perto de 100% considera-se bom, correto, projeção séria. Indicador abaixo de 95% é preocupante. Em 2008 o GRR = 104,2%; em 2011 é 98,6% e a partir desse ano o GRR desce ladeira abaixo, chegando a 64,41% em 2015 e 59,5% em 2016.
- DCL e RCL como relação, são utilizados como parâmetro para a limitação de endividamento; a DCL não pode ser mais do dobro da RCL de um período.
- Com dados da RACG, DCL / RCL no ERJ assim evolui: 2006 foi 172%; 2011 foi 146,1%; 2012 passou a 165,2% (movimento de ascensão a partir desse ano); 197,5% em 2015 e 234,2% em 2016. Isto é, em 2016 o limite e a relação são desrespeitados. Perde-se o controle das contas públicas; a situação torna-se insustentável. Decreta-se a calamidade financeira no ERJ.
- A Arrecadação de impostos, tributos, inclui receitas correntes e de capital. No ERJ, 55% provém de tributos. Eles caem de 2013 em diante realmente.

- Fator que diminuiu a arrecadação no período pode ser a generosa série de renúncias fiscais (normatizada pela LRF; seção II, artigo 14).
- A LOA exige demonstrativo regionalizado dos impactos sobre RCL e DespCor das renúncias pelo elo federativo. (Art. 165, par6º da CFRB/1988).
- Inexiste cálculo projetivo e demonstrativo ex-post das renúncias praticadas. Apontam-se por alguns anos projeções por região no ERJ, com deficiência de dados e informações nas LOA (Vide Souza, 2007; Júnior, 2008; Rabello, 2009; Alencar, 2013; Willeman, 2017; e Casaes, 2017).
- A considerar a fonte [apublica.org/2016/11](http://apublica.org/2016/11), no documento intitulado Empresas beneficiadas pela renúncia fiscal do Rio, tem-se que:
  - 1) Em oito anos, estima-se que houve Renúncia Fiscal de R\$ 29 bilhões ;
  - 2) 100 empresas retiveram em seu caixa esses R\$ 29 bilhões;
  - 3) Esse valor, mesmo que para período passado mais extenso, corresponde aos R\$ 28 bilhões previstos originalmente de aumento de receita em 2017 e 2018 com as 18 medidas de austeridade anunciadas – claro está, a comparabilidade dos valores é posta em cheque.
- A LOA de 2016 informa valores de renúncia por segmento econômico e Relatório do TCE/RJ e da SEFAZ/RJ apontam renúncia efetiva de R\$ 9,76 bilhões. Isto é, sem renúncia o tamanho do rombo fiscal seria 1/3 menor, aproximadamente, em 2017.

**Período estimado: 2008 / 2015**

**Proxy**

**100 empresas beneficiadas pela renúncia fiscal no Estado do Rio de Janeiro**

<b>Estrato</b>	<b>Em R\$ milhões</b>	<b>Percentual</b>
Primeiro decil (as dez maiores)	16.228	55,85
Segundo decil	4.125	14,20
Terceiro decil	2.403	8,27
Quarto decil	1.248	4,30
Quinto decil	1.135	3,91
Sexto decil	1.064	3,66
Sétimo decil	949	3,27
Oitavo decil	728	2,51
Nono decil	637	2,19
Décimo decil (as dez "menores" em 100)	540	1,86
Valor total	29.057	100,00

Fonte: [apublica.org](http://apublica.org) - aproximações de valor

PEEM - FGV

- Medidas de ajuste fiscal foram desconsideradas, para priorizar a vitória PMDBista em 2014, que ocorreu de fato, de forma que isso tornou acentuado o diferencial entre receitas realizadas e previstas na LOA e despesas totais fixas.
  - Receitas foram superestimadas na LOA;
  - Despesas foram subavaliadas;
  - Isto provocou o contingenciamento de gastos para ajuste às receitas; um diferencial entre orçamento planejado e execução financeira; repasse de duodécimos aos poderes Judiciário e Legislativo, com prejuízo do orçamento no Executivo;
  - Como consequência, a execução do Planejamento Plurianual (PPA) coerente com a capacidade de autofinanciamento estadual foi destruída, desmoralizada, e o processo decisório sem caixa caotiza a governança pública estadual de forma sem precedentes.;
  - Propostas de solução variadas, umas corretas e outras incoerentes (feitas para fazer passar as mais valiosas, que recaem em peso sobre o bolso da população fluminense, o empresariado privado e os servidores públicos do Estado) são apresentadas como solução de um macroproblema de governança, de ética e azar moral, de fatores externos como o preço do petróleo (a responsabilidade não é dos projetistas governantes e sim de variáveis exógenas incontroláveis – a justificativa de sempre).
- A criação do “pacote de austeridade” a 3 de novembro de 2016 parte do princípio de que, sem medidas, o rombo previsível em dezembro 2018 chegaria a R\$ 52 bilhões. Com as medidas, a Receita de 2017 e 2018 aumentaria 28 bilhões.
- A acentuar: o déficit de caixa efetivo e real persistirá, logo as medidas são insuficientes.
- Oficializa-se a dependência financeira do ERJ junto à União e ao sistema bancário.
- Propõe-se a penosa e difícil aprovação pela ALERJ, no Executivo, de 18 medidas. Seu teor é o mais variado possível, com limitado grau de coerência e mínimo efeito estrutural para reativar a economia fluminense no longo prazo, com sustentabilidade.

### **Evolução da Renúncia Fiscal Efetiva Anual no ERJ - dados da SEFAZ/RJ**

<b>Ano</b>	<b>Benefícios declarados</b>	<b>Exclusões totais</b>	<b>Renúncia Efetiva</b>	<b>Renúncia Efetiva Taxa de Variação</b>
<b>2012</b>	24.823	18.919	5.904	<b>-0,07</b>
<b>2013</b>	24.072	17.693	6.379	<b>8,05</b>
<b>2014</b>	25.904	18.482	7.423	<b>16,37</b>
<b>2015</b>	36.048	26.729	9.319	<b>25,54</b>
<b>2012 a 2015</b>	<b>110.847</b>	<b>81.823</b>	<b>29.025</b>	

Fonte: DUB ICMS de 2012 a 2015; TCE/RJ; RACG 2015 - PEEM / FGV

Para uma visão mais completa do estudo, vide em [www.ibci.com.br](http://www.ibci.com.br) - textos quentes.ibci



# O pacote de austeridade

É preciso fazer alguma coisa – declarou fonte do Palácio (in O GLOBO, 4/11/2016)

## Medidas propostas para enfrentar a crise

aceita X não aceita pela comunidade  
aprovada X rejeitada pela ALERJ

Pró X Contra retomada econômica  
Significativa X Insignificante

	Medida Proposta	R\$ Milhões	Temática	Impacto Macroeconômico
1	Programa Renda melhor acaba	193,0	Combate à desigualdade. Política de rendas.	Aumenta a desigualdade; fomenta violência em potencial
2	Acaba o Restaurante Popular ou é municipalizado	56,8	Combate à desigualdade. Política de rendas.	
3	Acaba o aluguel social de desabrigados	74,1	Política de rendas. 15 mun/chuvas e inundações	
4	ICMS maior p. energia, telecom, cerveja, cigarro, ...	1.400,0	Carga Fiscal sobre empresas e consumidor	PIB Estadual cai; Empresas fecham
5	Vetada anistia e refinanciamento a devedores	1.570,0	Carga Fiscal sobre empresas e Tributação (estimativa)	Fortalece a despolarização econômica do ERJ
6	Fundos desvinculados	500,0	Pagamento dos servidores do ERJ	Promove reajuste fiscal; reduz distorções. Direciona ao equilíbrio de caixa. Empobrece os servidores. Desmotiva. Maior imposto ou contribuição retrai consumo.
7	Mudar repasse de duodécimos, vinculado a RCL	400,0	Pagamento dos servidores do ERJ e movim. financeiro	
8	Reajustes salariais adiados para 2020	2.400,0	Pagamento dos servidores do ERJ	
9	Extinção do adicional por tempo de serviço	202,0	Pagamento dos servidores do ERJ	
10	Teto para reajustes salariais não excede 70% da RCL	3.540,0	Pagamento dos servidores do ERJ (estimativa)	
11	Redução de 30% na remuneração de comissionados	84,0	Pagamento dos servidores do ERJ	
12	Governador e secretários com salários menores 30%	7,1	Pagamento dos servidores do ERJ e Alta Administração	
13	Desconto previdenciário dos servidores de 11% a 14%	1.200,0	Pagamento dos servidores do ERJ e carga fiscal	
14	Aliquota de 30% dos servidores ativos e inativos (por 4 qua)	6.800,0	Pagamento dos servidores do ERJ	
15	Extinção de Secretarias, Insti., Fundaç.; e Autarquias	12,4	Tamanho Ótimo do Estado - TOE-ERJ	
16	Nº de secretarias de 20 para 12 (Reduz quantos empregos fixos?)	100,0	Tamanho Ótimo do Estado - TOE-ERJ	Em tese, redução de custos
17	Barcas de Ilha Grande e Paquetá cobram trajeto	1,7	Extinção de subsídio de transporte	Repasse de despesas ao consumidor .
18	Bilhete único sem subsídio, limita bem. A R\$ 150 am	256,0	Extinção de subsídio de transporte	Promove reajuste fiscal; reduz distorções.
	<b>Total</b>	<b>18.797,1</b>		

Fontes: DOERJ; O GLOBO; PEEM-FGV; Professor Istvan Kasznar

### Sobre quem recai o peso das medidas propostas

	R\$ Milhões	% e sobre quem recai o peso das medidas
Combate à desigualdade. Política de rendas.	323,9	1,72
Carga Fiscal sobre empresas e consumidor	2.970,0	15,80
Pagamento dos servidores do ERJ	15.133,1	80,51
<b>Tamanho Ótimo do Estado - TOE-ERJ</b>	112,4	0,60
Extinção de subsídio de transporte	257,7	1,37
<b>Total</b>	<b>18.797,1</b>	<b>100,00</b>

Fontes: DOERJ; O GLOBO; PEEM-FGV; Professor Istvan Kasznar

Tamanho e proporção das medidas econômico-fiscais	Número	Valores projetados
Grandes	6	acima de R\$ 1 bilhão
Médias	3	entre R\$ 250 mm e R\$ 999,99 mm
Pequenas - Nano	9	abaixo de R\$ 250 mm

Fontes: Critério Técnico debatido no PEEM-FGV; Professor Istvan Kasznar

De 27 macrotemas que levam ao reequilíbrio das contas públicas, 5 foram abordados no Pacote

**O que se espera que se realize, aborde e apresente à sociedade brasileira e fluminense**

**Medidas, reformas, pacotes, regulamentos, implantação de ações, *followups* ...**

Necessita de Planejamento, cálculos, projeções, métricas de impacto e aplicação

**O que foi abordado com as 18 medidas**

	<b>Impacto real e efetivo de medidas, sobre</b>	<b>Situação</b>	<b>Desejado</b>
1	Desenvolvimento Econômico		auamente
2	Produto ( $Y = C + I + G + X - M$ )		cresça
3	Renda; distribuição de renda e desigualdade social		auamente
4	A matriz de produção integral de bens e serviços - efeitos setoriais no ERJ		integre
5	Renda sobre as classes e agentes: empresários; autônomos; PME; servidores; ...		equidade
6	Coesão econômico-financeira-fiscal com legislativa e de regulamentação		racionalidade
7	Geração de Riquezas ante vocações naturais e induzíveis no ERJ		cresça
8	Efeito multiplicador de Produto, Renda e Riqueza		auamente
9	Preços, custo Brasil e custo ERJ		diminua
10	Estrutura, Arquitetura e Engenharia da Administração Pública (AP) TOE	Tamanho Ótimo do Estado - TOE-ERJ	racionalidade
11	EAE - AP no ERJ TOE	Tamanho Ótimo do Estado - TOE-ERJ	racionalidade
12	Tamanho Ótimo do Estado - TOE-ERJ	Tamanho Ótimo do Estado - TOE-ERJ	racionalidade
13	Sistema Tradicional X Reformas Modelo de Estado, de Negócio e afins		modernizar
14	Arrecadação tributária		moderar
15	Ajuste Fiscal: capacitação efetiva para o equilíbrio		leve superavit nominal
16	Facilitação de se fazerem negócios e investimentos no ERJ		facilitar
17	Facilitação de se fazerem novos investimentos privados		facilitar
18	Facilitação de se fazerem novas PPP		facilitar
19	Promoção do Sistema Financeiro e Bancário e dos Meios Eletrônicos ERJ		facilitar
20	Promoção do Terceiro Setor no ERJ		facilitar
21	Promoção dos Serviços (Educação; Turismo; Entretenimento; Cultura; ...)		facilitar
22	Convergência com interesses da União, Estados e Municípios (E&M)		renegociar
23	Capacitação para diferenciar-se ante "competição" federativa de E&M		renegociar
24	Transparência da execução financeira dos projetos de investimento		abrir info
25	Do custo econômico e fiscal ao ERJ, dos PPA, LOA e afins "equivocados"		calcular, expor
26	Do custo econômico e fiscal ao ERJ, das crises macroeconômicas federais		calcular, expor
27	Da remessa contínua de arrecadações de impostos federais positivos à União		calcular, expor

Fontes: PEEM-FGV; Professor Istvan Kasznar

Para uma visão mais completa do estudo, vide em [www.ibci.com.br](http://www.ibci.com.br) - textos quentes.ibci

# Os fatores críticos de sucesso para que realmente suceda um reequilíbrio estável

- **Dispor de meios e recursos**, além de equipe de trabalho que esteja interessada e comprometida com **os interesses superiores do ERJ e defina os macroeixos do modelo de desenvolvimento e sustentabilidade política**;
- **Conseguir um acordo estável duradouro dos três poderes locais e da classe política**;
- **Obter o apoio da União**, para dispor de meios econômico-financeiros que permitam a implantação e execução de medidas profundas, significativas de impacto profundo e duradouro;
- **Confrontar-se com o azar moral e minimizá-lo**;
- Capacitar-se para uma **nova era de planejamento**, com a reestruturação estadual, ante discussão do que remanesce do sistema tradicional em face da modernidade que **requer reformas**;
- **Desenhar um sistema econômico, empresarial, jurídico e produtivo estadual que ante a estrutura institucional e ao sistema tributário venha a gerar mais estabilidade; mais eficiência; mais qualidade e mais investimentos no ERJ**;
- **Evitar a erosão das bases fiscais do futuro**;
- **Evitar a quebra sistemática da cadeia de produção e de suprimento do ERJ, que destrói seu PIB**;

# As perguntas corretas que devemos responder são:

- 1) Como estruturar as instituições e os acordos políticos, para adquirir estabilidade, autosustentabilidade e capitalização autônoma de longo prazo? (para os próximos 50 anos).
- 2) Como assegurar a estabilidade econômico-fiscal-tributária-financeira de uma ex-capital, vista como rica pelo Brasil contudo em plena derrocada?
- 3) Como encorajar a retomada econômica pró-ativa, pró-cíclica, mão de obra intensiva empregadora que gera produtividade, qualidade e efetiva globalização?

O que parece que pode e deve ser feito, resta a saber se os interesses de grupo arraigados e a cultura local estão deveras propensos a aceitar e implantar mudanças – *bullet points*.

*São tantas as necessidades e as propostas de mudanças... Qual é a probabilidade delas de fato serem feitas e de darem certo?*

- O ERJ necessita urgentemente de um conjunto de medidas associadas, integradas, que se transversalizam inter e intra entidades, subentidades e órgãos públicos e privados, para que se mire o desenvolvimento econômico e social auto-sustentável de longo prazo.
- Essas medidas são de teor genérico e específico, de níveis macro e micro e incluem as áreas de Administração Pública; Gestão e Governança; Economia e Finanças; Banking; Regulamentação e Direito Público e Privado Aplicado; Viabilização de Negócios e Empreendedorismo; Tecnologia, Ciências; Educação; Cultura e Promoção da Cidadania, entre outros.

- Precisa-se de um Modelo de Estado firme, decidido, moralizado, coeso e coerente, que assegure o fomento produtivo; o desenvolvimento; a estabilidade econômico-tributária-fiscal; a proteção social para todos; e o emprego produtivo;
- Sem as reformas da Administração Pública; da Previdência; das estruturas formadoras de custos e receitas; do Modelo de Negócio e do mercado de trabalho, a estabilidade verdadeira é letra morta.

A não adoção de medidas agrava o quadro existente. Cabe entender os elos, as associações e ligas entre as propostas. Finanças não evoluem dissociadas de Gestão, pessoas, equipes de trabalho e otimização de estruturas de Administração Pública.

- **Definir o Processo do Rito Isento de Recuperação Estadual**, que é determinante e exige transitar como solucionador de conflitos, carências e aparas, não como salvador da pátria mas sim como agente criador de uma dinâmica de recuperação, com Múltiplo Comum Multiplicador de valores;
- **Efetivar um choque de Gestão na AP**: Administrativo; Logístico – Inter-regional e intermunicipal; de Capacitação dos servidores do ERJ; de Produtividade; de incentivo a políticas de geração de emprego intensivo; de redução de empecilhos aos investimentos privados diretos em negócios, setores, ciência e tecnologia, propriedade intelectual e industrial e afins;
- **Rever a estratégia e política de expansão e crescimento do ERJ**. O Município do Rio de Janeiro é essencial, mas virou um sorvedouro de tudo – Copa e Rio 16 exemplificam. A força é centripeta e precisa-se de forças descentralizadas a aproveitar as economias de escala e ligações externas com os estados vizinhos. Criou-se um fosso e faltam as políticas de desenvolvimento regionais.
- **Atacar o problema da pobreza crescente**, endêmica e da favelização explosiva. O ERJ está há décadas assistencializado, o que gera deseconomias de escala e dirige as RCL para um direcionamento de baixíssima produtividade;
- **Romper o Corporativismo local**, no qual o Estado pertence a servidores sob a guarda de políticos interessados em ganhos curto prazistas, imediatos;
- **Valorizar a coabitação de entidades essenciais e diferenciadas**, na busca de Pacto local e entendimento sustentável, de entre outros ALERJ; poderes estaduais; OAB; FIRJAN; ACRJ; ABERJ; universidades; CE; CDL; ESG; PM; PC; CB...
- **Estabelecer um Colegiado** isento, probo, determinado, capaz de gerar mudanças profundas com neutralidade e um chamamento ao equilíbrio institucional inequívoco, para mediar, intermediar e requalificar;



- **Revisar e montar sistema de aprovação qualificado de projetos públicos.** Esterilizam-se recursos sem políticas estruturantes, a exemplo do arco Metropolitano que é um vazio.
- **Redesenhar o Modelo de Negócios Estadual, com ênfase em PPP,** sobre vetores estruturantes tecnologia, mão de obra e produtividade intensivos.
- **Apor contrapartidas em todo processo de apoio a municípios e de repasse de verbas,** a começar pela política dos royalties do petróleo; criando-se fundo de investimentos gerido de modo transparente; com backup de fluxo de caixa; com % garantido para investimentos e reinversão em mão de obra intensiva;
- **Valorizar a iniciativa privada e o empreendedorismo.** Só se tira da iniciativa privada, salvo o item a seguir.
- **Focar numa carga fiscal baixa.** Esta tem caído no mundo enquanto no Brasil subiu (39% do PIB).
- **Revisar os critérios e políticas de aprovação de renúncia fiscal.**
- **Redefinir as relações e elos de contratação das universidades e faculdades.** Estas são essenciais e podem em muito contribuir a favor do desenvolvimento econômico e social local, mas inúmeras parecem destituídas de verbas e motivação. Compram-se pesquisas, consultorias e trabalhos acadêmicos que revelam uso limitado, baixa conversão para a prática do mundo real, linguagem que servidores nem sempre entendem. Falta interagir com as inteligências do ERJ de forma vigorosa, regular, produtiva, compreensiva e resultado-orientada.
- **Reformular o Portal Eletrônico do ERJ,** mostrando o orçamento, todos os projetos e suas verbas, todos os gastos com funções e subfunções de governo, no detalhe, e despesas correntes e de investimento antes de sucederem desembolsos - para conhecimento ex-ante.
- **Abrir os dados para todas as contas e rubricas movimentadas. Detalhar melhor as contas inter e intradepartamentais, assim como “outros”.**

# Sugestões para o reequilíbrio das Finanças Públicas do ERJ

- **Valorizar o Pacto Federativo;**
- **Capacitar a discussão e o acordo macro, maior, na evolução da extinção da guerra fiscal,** mediante acordo unificador dos interesses das unidades federativas
- **Demonstrar ante a União e no Governo Federal que o ERJ é concentrador de pobreza, não necessariamente de riqueza, apenas.** De forma que em números absolutos possui imensa e crescente população favelizada (nas comunidades). Não necessariamente PIB e volume de arrecadação fiscal espelham bem-estar, riqueza e capacidade de contribuição à União. A revisão de métricas e de parâmetros de transferências de recursos se faz urgente;
- **Criar a Câmara de Regulação Integrada da Administração Pública Estadual,** em comum acordo e afinação com a **Câmara de Recuperação Econômico-Financeira do ERJ,** a operarem com neutralidade, isenção e na busca de assegurar a melhor aplicação de recursos com eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, em prol das atividades sustentáveis de desenvolvimento e crescimento econômico e social (a exemplo de outros estados e municípios no Brasil e no exterior, que vivenciaram experiências de derrocada financeira – New York; Califórnia; ...);
- **Contratar um grupo exemplar de consultores estrangeiros especializados em Reforma de Estado,** que tenham referências de excelência e experiências públicas notáveis. A lembrar os efeitos das missões Kemmerer em 1925/1927 no Chile; a seguir na Colômbia (oriundo de Cornell e Princeton). Da Missão Cook no Brasil (1956). Abrir-se ao mundo globalizado e à modernização.
- **Renegociar as glosas** que inibem o uso e a liberação de recursos;
- **Levantar em que Fundos Nacionais existem verbas que podem ser repassadas ao ERJ:** a exemplo do Fundo Nacional da Saúde; das Telecomunicações; outros

# Gestão e Administração de fato, com boas práticas - tópicos

- **Mais Gestão e Governança Pública** – presença do gestor onde há Estado e organização pública;
- **Mobilizar unificadamente os representantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário, estadual e municipal**, com insistentes visitas programadas a organizações e pessoas que fazem parte da comunidade e atuam de fato em atividades econômicas, empresariais, sociais, geradoras de renda, emprego, impostos e bem-estar. Repor a mentalidade de presença e participação, com ótica transparente nos gastos públicos;
- **Promover o ciclo completo das intervenções no mundo real** e não experimental, agindo imediatamente onde há gargalos e problemas, abusos, descasos, maranhas, demandas súbitas e ações intempestivas;
- **Valorizar a função de servidor público da ativa**. Fornecer meios adequados de trabalho e isto posto cobrar resultados mensuráveis e justos.
- **Avaliar em cargos e postos chave de Estado quem pode assumir**; quem se candidata e quem se aprova, expondo a público o assunto, para comprovar ou não competências;
- **Forjar novas e jovens lideranças nos serviços públicos**, dando-lhes tempo determinado para gerar ações e resultados, em moldes de empresa produtiva e competente;
- **Adotar Plano Estratégico realista atrelado a técnicas de boas práticas** consagradas de Administração; Economia; Direito; Contabilidade; Finanças; Engenharia e Arquitetura de Produção; Métricas de Produtividade; Tecnologia e afins;
- **Cobrar recursos financeiros de entidades e pessoas caroneiras**, de outras unidades federativas, que utilizam a infraestrutura da Saúde, da Educação, dos Transportes, das Telecomunicações e outras, no ERJ;
- **Habilitar para uso próprio os espaços públicos do ERJ disponíveis**, sem expansão de novas obras físicas (caso notório é o centro de cidades com andares e prédios públicos vazios, disponíveis).

- **Unificar e gerar escalas qualificadas de processos de trabalho de credenciamento**, hospitalar, escolar, policial e afins;
- **Fornecer defesa eficaz e permanente à Associação dos Servidores Públicos do Estado**, no que diz respeito a posições que os diferenciem eventualmente dos governantes do momento; de situações onde suspeita-se de gestão temerária; de quadros de uso de recursos que tornam ilíquido o caixa e afins;
- Instituir e manter uma **robusta base de dados**, com **Tecnologia da Informação** de ponta;
- **Redefinir quando se faz renúncia fiscal e se aceita ou não a incobrabilidade tributária**;
- **Os assuntos correlatos, holísticos, a integrar, não podem parar aqui**, nisto, sendo esta uma amostra relevante contudo limitada logo inicial do trabalho a empreender – parte vem sendo elaborada, parte oferece singelas evidências de efetiva implementação...

## O cerne da prática das Finanças Públicas sob ótica Diretiva

- É preciso fornecer pilares para proteger a estabilidade econômico-financeira:
  - Dispor de um mercado bancário e securitário; de capitais e de fundos, resiliente, sadio e em expansão;
  - Garantir a transparência das contas públicas & da *accountability*;
  - Modernizar as estruturas e instituições do estado e dos municípios e formatar nova regulação, aplicada em tempo real;
  - Fortalecer a inclusão social e empresarial, com significativa educação financeira.

# O valor da probidade das Instituições do Estado

- O ERJ necessita urgentemente, ante as recentes evidências de mega-crise de azar moral e de descompasso entre boas práticas e condutas exemplares para comandar o setor público, reafirmar os princípios de fortalecimento do controle fiscal – não apenas sobre o setor privado, mas e sobretudo sobre os gestores do próprio Estado.
  - É um desafio a necessidade de assegurar a capacidade administrativa necessária para funcionar com eficácia, eficiência, efetividade, economicidade e proficiência;
  - É preciso combater incessantemente a corrupção, que se detecta em subornos; fraudes fiscais e tributárias; comissões por trás do pano; sub e sobre avaliações de taxas de juros em operações de crédito; apropriação indébita; enriquecimento ilícito; furto; roubo; outros
  - O controle há de estar em mãos confiáveis e ser:
    - Independente;
    - Com uma autoridade única que tenha controle administrativo por servidor; por cargo; por cargo político e de confiança; por função pública e subfunções; por projetos e programas; por localidade; por planos e orçamentos;
    - Submetido a auditoria interna e externa. O desafio é fortalecer a presença fiscalizadora para zelar continuamente pelo melhor uso dos recursos públicos;
    - Implantado com tipo preventivo (antecipativo); concomitante a saídas reais de caixa; e de encontro de contas.



portal.fgv.br

- - **Professor Istvan Kasznar - PhD**  
*Professor Titular de Economia e Administração Pública e de Empresas*
  - **Assessor Geral da Presidência**
- **Coordenador dos Núcleos de Pesquisa – Programa de Estudos das Políticas e Projetos dos Estados e Municípios – PEEM; Políticas Macroeconômicas e Financeiras Globais- PMG; Centro de Finanças Bancárias – CFB; Núcleo de Estudos da Saúde, Previdência e Assistência Social – NESPAS; Núcleo do Desenvolvimento da Gestão e das Contas do Esporte – NECE; Núcleo de Apoio às Transnacionais - NUT**
  - Av. 13 de Maio, 23 - 12º andar - Sala 1210  
Centro - Rio de Janeiro/RJ - 20031-000

+55 21 3799 **4740 / 4741 / 4742**

[istvan.kasznar@fgv.br](mailto:istvan.kasznar@fgv.br)

- **Para uma visão mais completa do estudo, vide em PEEM – FGV e / ou [www.ibci.com.br](http://www.ibci.com.br) - textos quentes.ibci**